

O PAPEL DA SOCIOLOGIA, SEGUNDO ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER

ERIC MONNÉ FRAGA DE OLIVEIRA¹

A SOCIOLOGIA DE DURKHEIM: O FATO SOCIAL

Para poder compreender o papel que Émile Durkheim designa para a Sociologia, é necessário, antes, compreender sua noção de Sociologia a partir de seu elemento fundamental, de sua unidade básica de análise: o fato social. Pelas palavras do próprio autor, “fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.” (Durkheim 2007, 40, grifo do autor)² O fato social tem, portanto, duas características fundamentais: primeiro, ele tem um poder coercitivo, e, segundo, ele é superior ao nível individual, existindo para além das consciências individuais.

Para Durkheim, a Sociologia é, assim, a ciência que se ocupa dos fatos sociais. A análise sociológica precisa, além do objeto, de um método para abordá-lo de maneira científica, o que gera a necessidade de algumas regras metodológicas. A primeira dessas regras propostas é que se trate o fato social como uma coisa. Reduzido à condição de coisa, o fato social se torna manipulável pelo cientista, à semelhança dos objetos das ciências naturais. “Tratar os fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de

¹ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Email: ericmfo@hotmail.com.

² Essas maneiras de fazer podem se consolidar em maneiras de ser, formando fatos sociais mais ou menos “fixos”, “organizados” ou “instituídos”.

'data' que constituem o ponto de partida da ciência" (Durkheim 2007, 51, grifo do autor). Mais ainda, para Durkheim, é necessário analisar os fenômenos sociais em si mesmos, para além das consciências que os indivíduos têm deles; ou seja, é necessário tratá-los como coisa exterior.

A necessidade da exterioridade no tratamento do fato social também perpassa a relação entre o sociólogo e seu objeto. O pesquisador deve livrar-se de seus pressupostos e pré-noções (vulgares, formadas na experiência prática e sem qualquer critério de cientificidade) sobre o objeto, o que significa que aquele precisa ter uma relação de exterioridade para com este. Para Durkheim, essa relação de exterioridade, com o afastamento sistemático de todas as pré-noções, constitui a pré-condição básica para que a relação entre o sujeito pesquisador e o objeto do conhecimento seja estritamente científica. Entretanto, Durkheim reconhece quão problemática é essa busca pela exterioridade em Sociologia – se comparada com as outras ciências –, que se dá pela possibilidade de o pesquisador ser afetado emocionalmente pelo objeto que pesquisa. É pela via afetiva que as pré-noções impregnam o pesquisador com mais força; suas crenças políticas, religiosas e morais são defendidas antes com ardor passional que com rigor racional (embora se possam criar – e com bastante frequência – arcabouços racionalizados para justificá-las) e elas influenciam na maneira como se concebe o mundo. Enquanto o objeto e o sujeito estão – ao menos em grande medida – desligados um do outro nas outras ciências, a Sociologia (assim como em outras Ciências Humanas) possui a particularidade de o sujeito do conhecimento fazer parte, de alguma forma, do seu objeto, o que torna mais perigosa a influência dos afetos na pesquisa sociológica, uma vez que essa influência é, também, mais possível que nas outras ciências.

Para alcançar essa separação entre a afetividade e a análise racional do objeto, Durkheim propõe não estudar o objeto a partir das ideias que se têm sobre ele, mas a partir das propriedades do objeto que lhe são inerentes. Deve-se, portanto, "nunca tomar como objeto de investigação senão um grupo de fenômenos

previamente definidos por certas características exteriores que lhes sejam comuns, e incluir na mesma investigação todos os que correspondam a esta definição.” (Durkheim 2007, 57, grifo do autor) A partir disso, constroem-se os conceitos, necessários para exprimir corretamente a natureza dos objetos tratados na ciência. O que se torna, então, um problema é a formação desses conceitos, considerando que todos os conceitos (assim como todo o conhecimento que se tem sobre o mundo) se formam a partir da experiência sensível, em um primeiro nível. É dessa experiência que todas as ideias surgem, sejam elas falsas ou verdadeiras. Entretanto, sendo a sensação algo em grande medida subjetivo, as ciências naturais, para garantir sua objetividade, afastam os dados sensíveis que possam ter um apelo excessivamente pessoal para o observador. Para Durkheim, o sociólogo deve seguir a mesma precaução; ele deve definir o objeto de sua pesquisa da maneira mais objetiva possível. Segundo Durkheim, a condição fundamental para essa postura de objetividade “é a existência de um ponto de referência, constante e idêntico, ao qual a representação pode ser comparada e que permite eliminar tudo o que ela tem de variável, logo, de subjetivo.” (Durkheim 2007, 64) Esse ponto de referência residiria nos hábitos coletivos que são expressos em formas definidas, como fatos de estrutura social e regras jurídicas ou morais. Dessa forma, para Durkheim, é fundamental, que o sociólogo se abstenha de suas manifestações individuais de natureza estritamente pessoal, bem como de suas pré-noções, considerando os fatos sociais a partir de um ponto de referência fixo.

A SOCIOLOGIA DE MAX WEBER: A AÇÃO SOCIAL

Se para Durkheim, a Sociologia é a ciência que estuda os fatos sociais, para Max Weber, a unidade básica da análise sociológica é a ação social, isto é, um comportamento humano que se refere ao comportamento de outros – em seu sentido visado pelo agente ou agentes –, pelo qual se orienta em seu decurso. A tarefa da Sociologia é “compreender interpretativamente” essa ação social. Já aqui, percebe-se uma distinção fundamental

entre Weber e Durkheim. Enquanto este estava mais preocupado com o poder de coerção dos fatos sociais e com sua natureza supra-individual, aquele se detinha sobre a conexão de sentido da ação social, e sobre sua natureza relacional entre indivíduos, grupos e sociedades. Se Durkheim se preocupava com os elementos sociais que existem para além do indivíduo e das concepções individuais, a atenção de Weber era voltada para o sentido que os agentes dão às ações que realizam.

Para realizar a tarefa da compreensão sociológica, isto é, uma “apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido: a) efetivamente visado no caso individual (...) ou b) visado em média e aproximadamente (...) ou c) o sentido ou conexão de sentido a ser construído cientificamente” (Weber 1994, 6), a principal ferramenta proposta por Weber é o tipo ideal, ou seja, a formação de projeções ideal-típicas, visando possibilitar a comparação entre as ações sociais – e essa ferramenta corresponde à terceira alternativa das apreensões de sentidos visados expostas anteriormente. A construção de tipos ideais é o método weberiano para a formação de análises comparativas com maior precisão conceitual, através de abstrações mais gerais (embora rigorosamente construídas), as quais reduzem a complexidade do universo empírico a modelos conceituais, a fim de melhor explicá-los.

Dessa forma, Weber cria uma tipologia da ação social, classificando-a, ideal-tipicamente, em quatro formas: ela pode ser determinada: 1) de modo tradicional; 2) de modo afetivo; 3) de modo racional referente a valores (a qual sempre possui um caráter irracional, na exata medida do “valor” que se atribui à orientação da ação); e 4) de modo racional referente a fins. Entretanto, “só muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra dessas maneiras.” (Weber 1994, 16, grifos do autor) Na realidade empírica, a ação social costuma com muito maior frequência combinar duas ou mais dessas orientações (e, possivelmente, até mesmo as quatro).

A ação social constitui a base para a relação social (ao mesmo tempo em que só existe nela, visto que a ação social precisa de um sentido, que só é dado pelo mundo social, constituído por relações sociais), que é definida como “o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (Weber 1994, 16, grifos do autor), podendo ser permanente ou transitória. Além disso, os participantes de uma relação social podem atribuir sentidos diferentes à relação ou também se adaptar quanto à atribuição de sentido da relação. Se houver correspondência entre o conteúdo de sentido e as expectativas médias dos participantes dos dois lados da relação, ela será uma relação bilateral; se houver essa correspondência de apenas um dos lados, haverá uma relação de tipo unilateral.

É a partir das relações sociais concatenadas que emerge a representação da existência de uma ordem que é considerada legítima pelos sujeitos. A legitimidade dessa ordem pode estar garantida, ideal-tipicamente, pela atitude interna – 1) de modo afetivo; 2) de modo religioso; ou 3) de modo racional referente a valores – ou pelas consequências externas esperadas. A vigência (também típico-ideal) dessa legitimidade que é atribuída a uma ordem pode se dar em virtude de: 1) uma tradição arraigada; 2) uma crença de natureza afetiva; 3) uma crença racional referente a valores; ou 4) um estatuto em cuja legalidade os indivíduos creem, que pode ser considerada legítima por causa de um acordo entre os interessados ou por causa de uma relação de imposição e submissão.

O sociólogo tem como sua tarefa, para Max Weber, compreender de maneira interpretativa e racionalista os fenômenos do mundo social, formados por ações sociais que ocorrem dentro de relações sociais, que podem ser marcadas e orientadas pela vigência de uma ordem considerada legítima – podendo existir diversas ordens divergentes e até mesmo contraditórias. Considerando que uma ação só é social por causa do seu “sentido” (subjetivamente visado), na Sociologia weberiana, apenas as ações específicas dos indivíduos são levadas em conta, pois

é nelas que se encontra o sentido visado pelos sujeitos. Formações sociais, como o Estado ou como uma cooperativa, por exemplo, não agem enquanto tais; elas agem apenas por meio dos indivíduos, pois “nada mais são do que desenvolvimentos e concatenações de ações específicas de pessoas individuais.” (Weber 1994, 9, grifo do autor)

Pode-se agora perceber de maneira mais clara uma das diferenças mais importantes entre a concepção durkheimiana de Sociologia e a concepção weberiana. Por um lado, Émile Durkheim focava na verdade dos fenômenos sociais que são, em alto grau, independentes das consciências que os indivíduos têm sobre eles. No caso da religião, seu objeto de estudo em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, apesar de dizer que, na realidade, não existe religião que seja falsa, porque todas elas “correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições de vida humana.” (Durkheim 2003, 31), Durkheim também ressalta que as razões que os fiéis dão para justificar os elementos de suas religiões não apenas podem ser como costumam ser falsas, cabendo à ciência buscar as razões verdadeiras. Em outras palavras, a ciência tem de buscar a verdade “por trás” dos fatos sociais, e que não costuma estar expressa nas consciências individuais, as quais são sempre superadas pelos fatos sociais, presentes nas partes individuais por serem coletivos, e não ao contrário. Weber, por outro lado, tem uma postura diferente, designada como “individualismo metodológico”, que parte das conexões de sentido subjetivamente visado pelos “indivíduos” nas suas ações sociais, cuja concatenação produz as formações sociais. Enquanto, Durkheim ressalta que a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos e os fatos sociais independem das consciências individuais (apesar de, para Durkheim, um fenômeno apenas poder ser considerado coletivo na medida em que for comum a todos os membros da sociedade), Weber observa que as formações sociais só podem ser sociologicamente compreensíveis a partir do nível individual, pois é apenas nesse nível que o sentido do comportamento pode ser apreendido. A concepção weberiana de Estado é uma das expressões mais fortes da importância que o autor dá ao nível das consciências individuais.

“um ‘Estado’ moderno existe em grande medida dessa maneira – como complexo de específicas ações conjuntas de pessoas – porque determinadas pessoas orientam suas ações pela ideia de que este existe ou deve existir dessa forma” (Weber 1994, 9). Ou seja, sem as consciências individuais sobre a existência de determinada formação social, esta não poderia existir. A sociedade é, sim, mais do que a soma dos indivíduos, pois esta soma, por si só, não gera relações sociais das quais a formação da sociedade depende; mas a sociedade – e, portanto, a Sociologia – não existe sem as consciências individuais, que são as únicas capazes de dar o “sentido” de que dependem as relações e ações sociais.

Explicadas as concepções de Sociologia no pensamento de Émile Durkheim e de Max Weber, dando enfoque às diferenças entre os dois autores, faz-se agora possível distinguir, para os dois autores, qual o lugar que a Sociologia – assim como as outras ciências, embora essas em menor destaque – tem e/ou deveria ter no mundo, e quais são as consequências que podem ser tiradas disso.

O PAPEL DA SOCIOLOGIA NO MUNDO

Criticando a ideia de que a ciência serve para conhecer o mundo, mas não para distinguir entre aquilo que faz bem e aquilo que faz mal e, tampouco, para qualquer finalidade prática, Durkheim argumenta: “para que servirá, então, atormentamo-nos para conhecer o real se o conhecimento que dele adquirimos não pode servir-nos na vida?” (Durkheim 2001, 68) Ou seja, se a análise da realidade não for capaz, em nenhum momento, de produzir qualquer efeito “intencional” sobre o mundo real, qual será sua utilidade? Não parece impossível concluir que, se essa visão, criticada por Durkheim, de Ciência – especialmente da Sociologia, considerando que ciências como a Medicina e a Física possuem efeitos práticos mais fáceis de serem notados, em grande parte, por causa das características mesmas de seus objetos – ao tornar-se hegemônica, a própria ciência esvaziar-se-á de significado.

Durkheim argumenta que a Ciência, pelo contrário, é capaz não apenas de definir os melhores objetivos a se buscar, mas também a melhor via para buscá-los, ou a mais rápida, a mais simples, a mais prática, a mais segura ou a mais econômica, dependendo dos interesses e possibilidades em questão. Em outras palavras, para Durkheim, a Ciência é capaz de determinar quais são os melhores fins a se alcançar, assim como os meios mais adequados para atingi-los. Para determinar o que define uma finalidade apropriada, Durkheim utiliza comparações com a Medicina e com a Biologia, fazendo uso dos termos “saúde”, “doença” e “patologia”: “tal como para os indivíduos, a saúde é boa e desejável também às sociedades, ao contrário da doença, que é coisa má e de evitar” (Durkheim 2007, 69). Faz-se necessário, então, que a Sociologia seja capaz de criar métodos científicos que tornem possível distinguir entre o normal e o patológico na ordem dos fenômenos sociais.

Durkheim então começa a buscar uma definição de patologia, e, como é comum em sua técnica de construção de conhecimento sociológico, inicia refutando as possibilidades que se revelam errôneas. Primeiro, rejeita a ideia de que a doença seja apenas uma questão de falta de adaptação do organismo ao meio externo, pois inexistente um meio suficientemente competente para definir uma hierarquia dos modos de adaptação. Em seguida, refuta a concepção de que a saúde seja “o estado de um organismo em que essas possibilidades [de sobrevivência] são máximas, e a doença, pelo contrário [seja] tudo o que as faz diminuir” (Durkheim 2007, 70), argumentando que há funções completamente normais do organismo (além de fases inteiras da vida, como a infância) que o enfraquecem sem ser produto de qualquer doença. Além disso, a patologia só pode ser associada muito indiretamente às taxas de mortalidade ou ao sofrimento que causa. Nessa ausência de demonstrativos empíricos, apenas são possíveis as lógicas dedutivas sobre a patologia dos fenômenos sociais. Dessa forma, um fenômeno que produzisse uma consequência indesejável à sociedade poderia ser considerado uma patologia. Entretanto, esse fenômeno pode produzir, ao mesmo tempo, outros resultados, sendo eles positivos. Além

disso, um mesmo efeito pode ser considerado como saudável ou patológico por pesquisadores diferentes, pois, mais uma vez, essa é uma arena para o fácil incurso de aspectos afetivos e/ou de interesses pessoais dos pesquisadores, o que pode comprometer seus julgamentos.

Para finalmente definir a diferença entre aquilo que é normal e aquilo que é patológico, Durkheim parte do seguinte argumento: todos os fenômenos sociais, assim como os fenômenos do mundo biológico, podem se revestir de duas maneiras distintas. Na primeira, esses fenômenos apresentam uma forma mais geral, com poucas variações e repetindo-se por quase toda parte; na segunda, eles apresentam uma forma mais particular, constituindo-se como exceções e minorias, tendo uma duração curta no tempo e um alcance limitado no espaço. À primeira, Durkheim chama de normal, à segunda, de patológica. Dessa forma, o tipo médio, por reunir as características mais frequentes de uma espécie determinada de fenômeno, confunde-se com o tipo normal. O principal problema dessa concepção é que ela torna possível que se considere qualquer fenômeno minoritário e excepcional como uma patologia a ser tratada, como algo decididamente ruim que deve ser erradicado, embora não haja qualquer demonstração de Durkheim de que essas formas minoritárias sejam, de fato, prejudiciais ao corpo social. Além disso, qualquer fenômeno que aconteça em larga escala e de maneira mais ou menos estável torna-se algo normal e, portanto, que não deveria ser “combatido” para que sua frequência diminua e, tampouco, para que sua ocorrência desapareça. A única forma de considerar algo como “patológico” seria, assim, comparando um determinado fenômeno, verificando se ele se apresentou na média das sociedades da mesma espécie, conferindo se sua causalidade não se deve a qualquer elemento que seja uma novidade histórica da sociedade específica que se estuda (pois, como novidade histórica, pode ainda tornar-se um fenômeno mais ou menos geral) e averiguando se sua produção constitui um efeito intrínseco das próprias características dessa sociedade. Mas, em uma sociedade tão complexa e diversificada como as sociedades industriais de alguns países europeus – além dos Estados

Unidos – da época de Durkheim, ou como as nações “pós-industriais”, como se tem dito das sociedades ocidentais atuais, seria possível, dada a imensa afluência de acontecimentos fugazes simultâneos nessas sociedades, verificar com precisão se um determinado fenômeno é patológico?

Não parece impossível considerar que, dentro do pensamento weberiano, a resposta a essa pergunta seria provavelmente negativa, embora o autor em si não a responda. O argumento, para Weber, é que a realidade social é extremamente complexa e multicausal, ou seja, os fenômenos sociais são quase sempre causados pelo afluxo de uma ampla variedade de causas – algumas, sem dúvida, mais importantes e decisivas que outras, se olhadas pelo prisma da imputação histórica –, sendo impossível ao pesquisador apreender a realidade como um todo, o que o obriga a realizar um recorte do objeto informado pela problemática específica proposta pelo sociólogo. Além disso, mesmo sociedades “de um mesmo tipo” não são idênticas; a multiplicidade causal que concorre em uma pode ser suficientemente diferente da que ocorre em outra para não garantir que a comparação entre elas seja acurada em todos os aspectos possíveis.

Dessa forma, para Durkheim, o papel da Sociologia, ou melhor, “o objetivo principal de qualquer ciência da vida, individual ou social, é, em suma, definir o estado normal, explicá-lo e distingui-lo do seu contrário” (Durkheim 2007, 89), isto é, o patológico. Isso revela que, para o autor, a Sociologia tem, ou ao menos deveria ter, uma função bem definida no mundo: buscar uma sociedade mais “saudável”. O que há de interessante na particularidade desse pensamento é que sua noção de “saudável” se reveste não de um caráter utópico da “boa” ou “justa” sociedade – embora se possa considerar que existe também um conteúdo utópico na própria ideia da Sociologia como uma forma de “Medicina Social” –, mas de um caráter normativo em que o “normal” se confunde com o “médio”, ou seja, com o regular. Para Durkheim, se algo acontece por toda a parte, como o crime ou o suicídio, mesmo que seja algo considerado “ruim” pelo senso comum, não pode ser classificado como “patológico”. Entretanto,

se algo aparecer como exceção no tempo e no espaço, mesmo que possa ser considerado como algo positivo por muitos – como uma queda brusca da criminalidade ou do suicídio, mas que dure apenas por um período bastante curto e que ocorra em um espaço geográfico muito restrito, sem que haja correspondência com outras situações sociais espacial e temporalmente delimitadas similares –, poderia ser avaliado como patológico, pois, embora o autor não seja bastante claro sobre se algo que “faz bem” a uma parcela significativa de uma sociedade possa ser uma doença, ele define com bastante nitidez o patológico como aquilo que constitui uma exceção.

Essa série de particularidades da concepção durkheimiana sobre a Sociologia e sua função no mundo tem como objetivo o estabelecimento de uma Ciência da sociedade – em grande medida nos moldes do Positivismo, embora Durkheim se opusesse a essa doutrina filosófica em diversos momentos –, livre de pré-noções e do senso comum e que não seja maculada pelos interesses políticos ou pela arena afetiva dos pesquisadores. As características do método que Durkheim propõe à Sociologia visam também livrá-la das doutrinas filosóficas, como a evolucionista, a espiritualista ou a positivista, que até então dominavam nessa área, separando a Ciência dos princípios metafísicos, escolhendo para ela apenas “o princípio da causalidade [que] se aplica aos fenômenos sociais” (Durkheim 2007, 147) e que só tem validade como um postulado empírico e não como uma hipótese metafísica. Mais que independência das doutrinas metafísicas, Durkheim também defende que a Sociologia se emancipe das doutrinas práticas: “o papel da Sociologia deve justamente consistir em libertar-nos de todos os partidos, (...) fazendo que os espíritos tomem (...) uma atitude especial que só a ciência pode dar pelo contato direto com as coisas” (Durkheim 2007, 149).

Assim, para Durkheim, a Sociologia – sendo uma ciência –, ao proporcionar o contato “direto” dos homens, em suas faculdades mentais, com os fatos sociais, fornece a eles um método para compreender a sociedade em que vivem, tornando possível a separação entre o normal e o patológico através de uma

proposição científica, e não de uma orientação política. A ideia é de que a Ciência substitua progressivamente a política, ao menos entre os espíritos mais científicos, para a busca de uma sociedade mais saudável. Em Weber, essa ideia não aparece. Weber não chega a considerar a possibilidade de a Ciência substituir a política – pelo contrário, ele demarca bastante bem a diferença entre uma e outra: “tomar uma posição política prática é uma coisa, e analisar as estruturas políticas e as posições partidárias é outra” (Weber 1982, 172). A política, para Weber, aparece como objeto de estudo sociológico, não como um terreno que a Ciência possa colonizar. Segundo Weber, a política exige paixão e fé em um conjunto determinado de julgamentos de valor, elementos que, se introduzidos pelos cientistas em suas pesquisas, fazem cessar a compreensão adequada dos fenômenos. A política é vista como um terreno em que profetas e demagogos se mobilizam na busca de determinados interesses, recursos e prêmios; suas posições práticas e interessadas não podem ser defendidas cientificamente. Ora, não podendo uma posição “prática” ser defendida através da Ciência, não haveria como a Ciência colonizar a arena de conflito entre as diversas posições práticas e interessadas que é a política – embora os cientistas possam estudar esse terreno.

Segundo Weber, a Sociologia só pode existir com a condição de se exilar dos julgamentos pessoais; a Sociologia é “estritamente” uma ciência “positiva” da ação, não sendo capaz de informar “normativamente” a prática. Qual é, então, para Weber, a função da Ciência? Em primeiro lugar, “a ciência contribui para a tecnologia do controle da vida calculando os objetos externos bem como as atividades do homem.” (Weber 1982, 177) Em segundo lugar, “a ciência pode contribuir com (...) métodos de pensamento, os instrumentos e o treinamento para o pensamento.” (Weber 1982, 178) Finalmente, a Ciência contribui com a clareza, com a racionalidade, ou seja, com a relação causal entre meios possíveis e fins obtidos. Dessa forma, a Ciência não pode dizer qual é o fim que merece ser perseguido, mas pode esclarecer

“cientificamente” como se pode chegar a um determinado fim³, ou mesmo informar, em termos de significado, qual ação ou posição prática decorre de uma determinada ideologia ou filosofia de maneira coerente.

Logo, enquanto Durkheim defende que a Ciência (e, consequentemente, a Sociologia) deve substituir as posições políticas, Weber diz que, incapaz de se tornar uma ideia política, a Ciência pode ser “usada” pela política, assim como por outras esferas da vida pública e também da vida privada, por estar “a serviço do auto-esclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados” (Weber 1982, 180). De cada uma dessas posições decorrem complicações distintas.

A primeira complicação da função que Durkheim atribui à Sociologia, enquanto Ciência, já foi analisada acima: ela tem muito pouco a ver com a busca de um *valor*⁴ que seja considerado benéfico, pois o que se considera uma patologia a ser tratada não tem relação direta com algo que “prejudique” os indivíduos de uma sociedade⁵. O segundo problema⁶ que surge dessa noção é que, em certa medida, desconsidera que a busca por vantagens, recursos e/ou interesses pessoais ou grupais (que constitui a arena da política) e a busca por “verdades” (a arena exclusivamente científica) são dois tipos de tarefas essencialmente distintas, tanto em seus meios como em seus objetivos, ainda que possam ser confundidas pelos agentes sociais.

3 “Se tomares esta ou aquela posição, então, segundo a experiência científica, teres de usar tais e tais meios para colocar em prática vossa convicção.” (Weber 1982, 178, grifos do autor)

4 Lembrando que o pesquisador em Sociologia deve se despojar dos seus valores prévios para analisar os fatos sociais, visto que esses valores constituem pré-noções de caráter sentimental.

5 A Medicina, por outro lado, como constatou Weber, tem um valor intrínseco a ela: o de que a vida em si vale a pena. Nesse ponto, portanto, há uma diferença entre o que guia a Medicina e o que guia a Sociologia durkheimiana: a primeira está orientada pela vida, a segunda pela “normalidade”, pela regularidade.

6 Podem ser extraídas outras implicações problemáticas além das citadas, mas essas são as que têm relevância para o presente trabalho.

O primeiro problema da concepção weberiana sobre o papel da Sociologia no mundo é que, se for utilizada de maneira irrestrita pela política, a empresa científica pode ser prejudicada da seguinte maneira: suponha-se que (1) uma equipe de pesquisadores chegue a uma certa conclusão sobre um tipo de fenômeno específico, que (2) acabe por ser útil a um determinado grupo político, o qual (3) consegue determinadas vantagens políticas através desse conhecimento produzido e, em seguida, (4) impeça ou tente impedir qualquer pesquisa que refute essa conclusão, ou, finalmente, caso uma pesquisa que refuta a conclusão previamente obtida seja levada a cabo com sucesso, (5) tente invalidar a verdade construída pela nova pesquisa, não por motivos científicos, mas por motivos políticos⁷. Assim, corre-se o risco de o debate científico se tornar irremediavelmente sujeito ao debate político e aos interesses políticos a que pode servir⁸. Apesar disso, não se deve esquecer que a Ciência (tanto em suas metodologias quanto em seus resultados) é efetivamente utilizada pela política.

Ora, se a Sociologia, como uma forma específica de Ciência, não pode colonizar a arena política, substituindo pouco a pouco os partidos, nem deve ser utilizada de maneira irrestrita por essa arena, sob o risco de se tornar um simples instrumento dos interesses políticos, então como deve ser sua ação no mundo? Há ou deve haver espaço para intervenção sociológica no mundo social? A resposta a essas perguntas não é, nem pode ser, simples. Se se abrir espaço ilimitado para a intervenção de sociólogos, proposta bastante irrealista, correr-se-á o risco de a Sociologia ser em grande medida aparelhada pelos interesses políticos – visto que também sociólogos têm interesses para além dos estritamente científicos, podendo haver uma confusão entre essas duas empresas distintas –, perdendo seu critério

7 Isso, guardadas as devidas peculiaridades históricas, ocorreu no caso do geneticista soviético Trofim Lysenko, o qual, com o apoio dos dirigentes soviéticos, obteve sucesso em impedir pesquisas que invalidassem a sua própria produção.

8 Não obstante se saiba que, mesmo sem essas condições, a Ciência está continuamente sujeita às condições políticas do meio em que é produzida.

de cientificidade objetiva; mas, por outro lado, se não se abrir espaço algum, tornar-se-á uma Ciência voltada apenas para si mesma, e, portanto, completamente infértil.

Para desenvolver um argumento que busque contribuir a essas questões de maneira mais ou menos satisfatória, parece interessante começar por uma pequena conclusão a que chegou Perry Anderson, em *As Origens da Pós-Modernidade*: a partir de meados da década de 1950, a Ciência passa a ser considerada pelo senso comum como apenas uma forma possível de entender o mundo, entre muitas outras “igualmente válidas”. O que isso revela é a separação (nos moldes de uma estratificação social, transposta para uma espécie de “estratificação científico-acadêmica”) da Ciência em relação ao restante do universo social, que já estava presente antes, mas só se tornou evidente a partir de então. Segundo Fredric Jameson, uma das inúmeras tarefas do projeto da Modernidade era integrar a Ciência na vida social, mas, quando atingiu seu auge de institucionalização e canonização acadêmica, evidenciou-se sua falha nesse projeto. As mais perigosas consequências “possíveis” desse insucesso são a diminuição do interesse pela atividade científica e a queda do reconhecimento de sua legitimidade. Em parte, é possível exemplificar essa situação a partir de uma constatação de Carl Sagan: se George Washington, ao final do século XVIII, defendera que nada é mais importante que o fomento à Ciência, a posição de Ronald Reagan, na segunda metade do século XX, foi contrária – e sintomática, se considerada a posição que ele ocupou no cenário político –, alegando que não havia qualquer motivo para subsidiar a curiosidade intelectual. (Sagan 2006)

A atividade intelectual científica permaneceu sendo aquilo que Weber chamara de “assunto de uma aristocracia intelectual.” (Weber 1982, 159). De fato, parece extremamente difícil que a dedicação à Ciência possa efetivamente ser uma tarefa completamente democratizada, dado o nível de empenho (e de

desempenho) constante que ela demanda⁹. Entretanto, se mantida a separação entre o nível acadêmico e a vida social, aos indivíduos que permanecem relativamente alijados da esfera científica a revelação dos produtos da Ciência pouco se diferenciaria de uma revelação de tipo mágico-religioso, uma vez que o raciocínio de tipo científico (essa espécie de “ceticismo maravilhado” ao qual Carl Sagan se refere), com sua metodologia própria, é-lhe em grande medida desconhecido. Assim, revelar apenas os “produtos” da empresa científica sem demonstrar quais são os métodos, a epistemologia e o tipo de raciocínio que caracterizam essa forma de empresa e o porquê de ela ter validade pode ser perigoso para o reconhecimento da legitimidade da Ciência – e o mesmo acontece com a Sociologia. Além disso, essa atitude corre o risco de criar, aos olhos leigos, uma Ciência reificada, na qual as verdades são mostradas como eternas e supremas, enquanto, na realidade, “toda ‘realização’ científica suscita novas ‘perguntas’: pede para ser ‘ultrapassada’ e superada” (Weber 1982, 164, grifos do autor). Inclusive, é por esse mesmo motivo, por essa atitude particular que move a Ciência, que, segundo Durkheim, ela não pode “substituir” a Religião: apesar de todo o debate que pode existir dentro dessa arena (e frequentemente existe), ela é marcada pelo alto nível de consenso interno, enquanto o debate na Ciência – que constitui uma de suas fases mais importantes, pois a crítica pelos pares é um dos momentos fundamentais através dos quais um trabalho científico pode “demonstrar” sua validade – é essencialmente o que a faz mover, todo trabalho científico existe para ser superado (tanto refutado quanto complementado por uma teoria mais abrangente da realidade).

9 Isso sem entrar no assunto da divisão social do trabalho, não apenas entre as classes sociais, mas também entre trabalho material e imaterial e, dentro do trabalho imaterial, entre as várias outras modalidades de atividade e o trabalho propriamente científico.

10 Distância essa que é mediada – de maneira muito irregular – por três vias: o mercado (com a venda de produtos e serviços de tecnologia), a escola e os noticiários (que notificam periodicamente algumas notícias sobre avanços científicos, especialmente nas áreas de saúde e de tecnologia mecânica e eletrônica, mas apenas muito raramente na área das Ciências Humanas).

CONCLUSÃO

Esse trabalho tentou demonstrar como as concepções de Weber e Durkheim sobre o que é a Sociologia e seu objeto de estudo se relacionam diretamente com o papel que os dois autores designam a ela no mundo social. Por um lado, seus trabalhos (no que tangem as questões supracitadas) realizam as importantes tarefas de definir o objeto da Sociologia e separá-la do senso comum, da política, das filosofias especulativas e das outras ciências¹¹. Por outro lado, entretanto, tanto a ideia durkheimiana quanto a ideia weberiana sobre a relação da Sociologia (e da Ciência em geral) com a vida social possuem limitações, apesar de terem afastado grande parte das ideias errôneas sobre essa relação que eram vigentes nos contextos em que esses dois sociólogos estavam inseridos.

O objetivo aqui não foi, todavia, criticar estes dois autores clássicos, mas repensar uma questão que tem sido problemática à Sociologia (a saber, da relação previamente mencionada entre esta e o mundo social) a partir das suas contribuições. Não se buscou criar um novo paradigma que supostamente deveria guiar essa questão, mas atentar, à luz de uma reflexão a partir de Weber e de Durkheim, para algumas das formas em que a relação entre a Ciência, em particular, a Sociologia, e o mundo social pode se tornar perigosa para o próprio desenvolvimento da Ciência.

Concluiu-se que a proposição de Durkheim para lidar com essa questão não é completamente satisfatória, pois o autor não trata a patologia social (que supostamente deveria ser remediada) como aquilo que é necessariamente maléfico, mas como aquilo que é uma exceção no tempo e no espaço. A proposição de Weber, por outro lado, “pode” levar a um risco quase oposto: o isolamento da Sociologia em relação à vida social. Além disso, também se demonstrou, a partir de Weber, que a Ciência não pode substituir os partidos políticos, posto que são duas formas

11 Isso sem levar em consideração suas outras inúmeras qualidades científicas que não constituem o escopo desse trabalho.

de empresa particularmente distintas. Mais ainda, procurou-se também evidenciar (com o auxílio de Perry Anderson, Fredric Jameson e Carl Sagan¹²) que a atual situação da problemática relação entre Ciência e vida social é potencialmente perigosa para a legitimidade que a Ciência tem nas representações coletivas de indivíduos que não estão envolvidos diretamente com a empresa científica em si – embora estejam diretamente relacionados com alguns de seus produtos.

Conclui-se, finalmente, que, apesar de todas as dificuldades existentes para que a Ciência seja uma empresa em ampla medida democrática, sua relação com o público “leigo” não pode ser estritamente aristocrática, novamente sob o risco de criar uma situação arriscada para si própria. Mais do que uma relação aristocrática entre a Ciência e o público não especializado, na qual os produtos da Ciência são a única coisa revelada em larga escala, mas, via de regra, apenas na medida em que forem lucrativos (tanto enquanto mercadorias quanto como notícias a serem vendidas), faz-se necessário, em defesa da própria Ciência, que o público leigo tenha uma melhor noção do tipo de raciocínio e de atividade que constituem a Ciência e, em particular, porque é o caso que esteve no escopo desse trabalho, a Sociologia. Parece também benéfico ao próprio desenvolvimento da Ciência, que o público leigo também tenha melhor conhecimento sobre o funcionamento da metodologia científica, com experimentação rigorosa (no caso da Sociologia, além de outras ciências, em que a criação de experiências controladas em laboratório não é possível, os eventos passados¹³ constituem uma espécie de “ex-

12 Carl Sagan, em *O Mundo Assombrado pelos Demônios* buscou provar que o mercado, uma das correntes de ligação entre Ciência e vida social, é especialmente prejudicial porque o ceticismo e o dissenso típicos da Ciência fazem com que ela seja um “produto” muito menos lucrativo do que aqueles que produzem credulidade e relativo consenso, a saber, as várias formas de “pseudociência”. Em outras palavras, mediada pelo mercado, a Ciência terá menos reconhecimento do que as pseudociências nas representações dos grupos que não estão em relação direta com a Ciência em si.

13 Mesmo os fenômenos analisados que ainda não tiveram um fim são recortados pelo pesquisador de forma que, obviamente, apenas a parcela que “já” ocorreu seja utilizada na pesquisa.

perimentos previamente realizados”), argumentação racional e crítica pelos pares. A recusa a essa relativa “democratização” da relação entre Ciência e vida social mostra-se prejudicial à própria Ciência, tornando-a, como dito anteriormente, apenas uma forma possível de entender a realidade, reconhecida publicamente como tão válida quanto todas as outras.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Durkheim, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Durkheim, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- Jameson, Fredric. *Pós-Modernismo – A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2006.
- Sagan, Carl. *O Mundo Assombrado pelos Demônios – A Ciência Vista Como Uma Vela no Escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Weber, Max. *Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, vol. 1. Brasília: UnB, 1994.
- Weber, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo definir a concepção de Sociologia e, consequentemente, o papel que ela, enquanto ciência, tem e/ou deve ter no mundo social, de acordo com o pensamento de Max Weber e de Émile Durkheim; tratando tanto das diferenças quanto das similitudes entre os dois autores nessas questões. Também serão abordadas as consequências lógicas possíveis que podem surgir dessas duas concepções, com suas virtudes e debilidades. A ideia é buscar, a partir desses dois autores clássicos, uma melhor compreensão dos papéis que a Sociologia pode ou não exercer na sociedade.

Palavras-chave: Teoria Social; Sociologia Clássica; Relação Sociologia/Sociedade.

RESUMEN | EL PAPEL DE LA SOCIOLOGÍA, SEGÚN ÉMILE DURKHEIM Y MAX WEBER

Este artículo tiene como objetivo definir la concepción de Sociología y, en consecuencia, el papel que ella, mientras ciencia, tiene y/o debe tener en el mundo social, de acuerdo con el pensamiento de Max Weber e Émile Durkheim; tratando tanto las diferencias como las similitudes entre los dos autores sobre estas cuestiones. También serán abordadas las consecuencias lógicas posibles que pueden surgir de estas dos concepciones, con sus virtudes y deficiencias. La idea es buscar, desde estos dos autores clásicos, una mejor comprensión de los roles que la Sociología puede o no ejercer en la sociedad.

Palabras clave: Teoría Social; Sociología Clásica; Relación Sociología/Sociedad.

ABSTRACT | THE ROLE OF SOCIOLOGY, ACCORDING TO ÉMILE DURKHEIM AND MAX WEBER

This article aims to define the conceptions of sociology and consequently the role while social science it has or should have in the social world, according to the thought of Max Weber and Émile Durkheim; exposing both differences and similarities between the two authors. Also the logical consequences that can emerge from their conceptions, with their virtues and weaknesses will be discussed. The purpose is to search, from these two classic authors, a better comprehension of the roles that Sociology may or may not play in society.

Keywords: Social Theory; Classical Sociology; Sociology/Society Relation.